

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

Maria Yedda Leite Linhares (*in memoriam*)

Francisco Carlos Teixeira da Silva (Organizador)

Ciro Flamarion Santana Cardoso (*in memoriam*)

Hamilton de Mattos Monteiro (*in memoriam*)

João Luís Ribeiro Fragoso

Karl Schurster de Sousa Leão

Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Rafael Pinheiro de Araujo

Ricardo Pinto dos Santos

Sonia Regina de Mendonça

10ª edição

Atualizada e ampliada

Sumário

Os Autores	vii
À Guisa de Prefácio à 10ª Edição	xi
Prefácio à Edição 2000	xv
Prefácio à Edição 1996	xvii

Introdução	1
<i>Maria Yedda Leite Linhares</i>	

1

Conquista e Colonização da América Portuguesa	11
<i>Francisco Carlos Teixeira da Silva</i>	

DESCOBRIMENTO OU CONSTRUÇÃO DO BRASIL?	11
CONQUISTA E EXPLORAÇÃO DO NOVO MUNDO	13
A REVOLUÇÃO DO MESTRE DE AVIS E A REORIENTAÇÃO PARA O ULTRAMAR	14
A CONQUISTA DO MAR OCEANO	18
ÁFRICA: UM CONTINENTE SEM HISTÓRIA?	22
A sociedade africana de linhagens	25
África, berço de civilizações	26
A escravidão pré-colonial na África	29
A diáspora negra: O tráfico	31
A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA	31
A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS E A COLONIZAÇÃO EFETIVA	34

O GOVERNO-GERAL E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COLONIAL	37
OS ÍNDIOS E SUA RESISTÊNCIA	41
O DOMÍNIO ESPANHOL NO BRASIL	44
A IDADE DE OURO DO BRASIL	47
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRISES DE FOME	49
O CARÁTER DO ESTADO PORTUGUÊS E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL	52
A RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA: AÇÚCAR, TABACO E ALIMENTOS	56
A RETAGUARDA DA EXPANSÃO AGRÍCOLA: GRANDE SERTÃO DA PECUÁRIA	61
O GRANDE NORTE E SUAS DROGAS DO SERTÃO.	62
A MINERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO INTERNO	64
TERRA E COLONIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA.	65
Notas	68
Bibliografia	68
Cronologia	71

2

O Trabalho na Colônia 75

Ciro Flamarion Santana Cardoso

DO ESQUEMATISMO EXCESSIVO À RELATIVA COMPLEXIDADE	75
FATORES INCIDENTES NO ESTABELECIMENTO DAS GRANDES LINHAS DO TRABALHO NA COLÔNIA	77
A DIVERSIDADE NO TEMPO	82
A DIVERSIDADE NO ESPAÇO	87
Notas	89
Bibliografia	89

3

A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 93

Ciro Flamarion Santana Cardoso

A AMÉRICA PORTUGUESA EM 1750.	93
A ERA DE POMBAL (1750/1777)	96
A ÚLTIMA FASE VERDADEIRAMENTE COLONIAL (1777/1808)	102
INDEPENDÊNCIA <i>DE FACTO</i> 1808/1822	106
Notas	108
Bibliografia	108
Cronologia	109

4**Da Independência à Vitória da Ordem**113*Hamilton de Mattos Monteiro*

O ESTABELECIMENTO DA AUTONOMIA E DA CENTRALIZAÇÃO	113
A AÇÃO LIBERAL E A REAÇÃO CONSERVADORA	121
A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM	125
Bibliografia	127
Cronologia	127

5**O Império Escravista e a República dos Plantadores**129*João Luís Ribeiro Fragoso*

A REAFIRMAÇÃO DO ESCRAVISMO NO CENTRO-SUL E SUA POSTERIOR SUPERANÇA	133
A agricultura cafeeira no Sudeste: Nova criação do sistema agrário escravista-exportador	133
As produções para o mercado interno no Sudeste: O caso de Minas Gerais	140
O definhamento do escravismo	144
As novas fronteiras: O novo Oeste paulista e os novos regimes de trabalho na agricultura do Sudeste	147
A GRANDE PROPRIEDADE E O CAMPONÊS LIVRE NO NORDESTE: UMA OUTRA TRANSIÇÃO	151
O SUL E O CENTRO-OESTE: A "PERIFERIA DA PERIFERIA"	158
A região Centro-Oeste: Pecuária extensiva, agricultura de alimentos e formas de trabalho livre não assalariado	160
FORMAS DE TRABALHO NO MUNDO AMAZÔNICO	161
AS CONJUNTURAS ECONÔMICAS DA REPÚBLICA DOS PLANTADORES E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	163
CONCLUSÕES: EM DIREÇÃO AO SÉCULO XX	168
Bibliografia	169

6

O Império Brasileiro: Panorama Político175*Marcello Otávio N. de C. Basile***PARTE A****A INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL**175

A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL175

O MOVIMENTO *VINTISTA* E A SITUAÇÃO BRASILEIRA180O *FICO* E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL184

A POLITIZAÇÃO DAS RUAS191

A DISPUTA PELO PODER NO INÍCIO DO PRIMEIRO REINADO196

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 E A CONSTITUIÇÃO DE 1824198

OS SINAIS DA CRISE201

A OPOSIÇÃO PARLAMENTAR E NA IMPRENSA204

A REVOLUÇÃO DO SETE DE ABRIL206

O ROMPIMENTO DO PACTO LIBERAL NO INÍCIO DA REGÊNCIA208

AS REFORMAS LIBERAIS212

AS GRANDES REVOLTAS PROVINCIAIS217

O *REGRESSO* CONSERVADOR E A *MAIORIDADE*224

Notas232

PARTE B**CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO IMPÉRIO**233A HEGEMONIA *SAQUAREMA*233

POLÍTICA EXTERNA NO PRATA: A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS237

A *CONCILIAÇÃO*238O *RENASCER LIBERAL*241

A GUERRA DO PARAGUAI245

AS NOVAS COMPOSIÇÕES POLÍTICAS E O CLAMOR PELAS REFORMAS251

A POLÍTICA REFORMISTA DO GABINETE RIO BRANCO256

RESISTÊNCIAS POPULARES ÀS MUDANÇAS261

AS QUESTÕES RELIGIOSA E MILITAR264

AS ELEIÇÕES DIRETAS E O GOLPE NA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL270

A ABOLIÇÃO, O REPUBLICANISMO E A CRISE FINAL DO IMPÉRIO272

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA279

Notas282

Bibliografia282

Cronologia288

7**Da República Velha ao Estado Novo**293*Hamilton de Mattos Monteiro***PARTE A****O APROFUNDAMENTO DO REGIONALISMO E A CRISE DO MODELO LIBERAL** . .293

POPULAÇÃO297

OS TRANSPORTES299

A ENERGIA ELÉTRICA300

A URBANIZAÇÃO301

A INDUSTRIALIZAÇÃO302

CONCLUSÃO306

Bibliografia306

PARTE B**ESTADO E SOCIEDADE: A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA** . .307*Sonia Regina de Mendonça*

A CRISE DOS ANOS 20310

DA "REVOLUÇÃO DE 30" AO ESTADO NOVO313

Bibliografia316

Cronologia317

8**As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente:
Da industrialização restringida à internacionalização**319*Sonia Regina de Mendonça*

SOCIEDADE E POLÍTICA: CONSTRUÇÃO E CRISE DO POPULISMO NO BRASIL330

O NACIONAL E O POPULAR EM QUESTÃO: A CULTURA NOS ANOS 1930 A 1950 . . .336

Bibliografia340

Cronologia341

9**A Modernização Autoritária**345*Francisco Carlos Teixeira da Silva*

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA348

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A RESISTÊNCIA À MUDANÇA.353

O ESTABELECIMENTO DO REGIME AUTORITÁRIO	360
CARACTERÍSTICAS DA TRANSIÇÃO NO BRASIL	370
OS MILITARES, A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES E A ABERTURA	373
Bibliografia	378

10

Brasil, em Direção ao Século XXI

Francisco Carlos Teixeira da Silva

A CRISE DA DITADURA MILITAR NO BRASIL	382
A REDEMOCRATIZAÇÃO: O GOVERNO SARNEY E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	385
A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO BRASILEIRO: O GOVERNO COLLOR	394
A AVENTURA DE COLLOR NO PODER	398
A QUEDA	401
O GOVERNO ITAMAR FRANCO: A REORGANIZAÇÃO DO CENTRO POLÍTICO	404
O Haiti não é aqui!	405
A sucessão: em busca da estabilização	412
O FIM DA ERA VARGAS	414
O BRASIL NA CRISE CONTEMPORÂNEA	416
Qual a dimensão do desemprego no país?	420
Uma nova realidade: À procura de um emprego	422
A crise das garantias sociais e trabalho no Brasil	424
Trabalho e garantias sociais: A voz das ruas	427
A CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA E AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO	429
O FIM DO TRABALHO OU O FIM DE UMA FORMA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO?	432
A vazante da maré liberal: A onda rosa e a terceira via	433
As reformas liberais no Brasil	436
PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI	437
A máquina e a liberdade	438
Trabalho e política	440
Bibliografia	441
Cronologia	442

11**Implantação e a Crise da Nova República (1990-2015)445****POLÍTICA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA NOVA REPÚBLICA445***Francisco Carlos Teixeira da Silva***A POLÍTICA SOCIAL DE FHC A DILMA462***Karl Schurster de Sousa Leão*

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA463

INFRAESTRUTURA SOCIAL467

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS REFERENTES À URBANIZAÇÃO DE
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: O CORAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA DE
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO470

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES474

O BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA NA NOVA REPÚBLICA475*Rafael Pinheiro de Araujo*

CONSIDERAÇÕES483

ESPORTES E POLÍTICA485*Ricardo Pinto dos Santos*

FUTEBOL: PASSEANDO PELA REPÚBLICA – MORALIDADE, COR DA PELE E TENSÕES .488

Referências Bibliográficas.497

Artigos de Jornal500

Fontes500

Introdução

Maria Yedda Leite Linhares

Propusemo-nos, enquanto pesquisadores e professores universitários, a escrever uma história do Brasil destinada a um público não necessariamente especialista, embora desejoso de conhecer o passado do país, cujo presente, marcado por problemas econômicos e financeiros, políticos e sociais, desafia a imaginação de dirigentes, técnicos e intelectuais e ocupa a atenção, por vezes angustiadamente, da maior parte dos seus 150 milhões de habitantes aproximadamente. Para esse leitor, tivemos em mente realizar uma síntese dos conhecimentos acumulados ao longo dos dois últimos séculos, desde a coleta dos primeiros dados primários e a redescoberta de cronistas e viajantes das primeiras décadas da colonização, passando pela busca de uma nação a ser construída e um Estado a ser formado, até pesquisas e reflexões de nível acadêmico produzidas, mais recentemente, nas cátedras e nas teses universitárias.

Colocamo-nos, de início, algumas questões que deveriam nortear o plano a ser elaborado e executado, sempre atentos, porém, aos limites de uma história geral e às dificuldades de compatibilizar estilos e tendências na redação de uma obra pensada por inteligências variadas. Daí a necessidade de serem respeitadas as características de formação científica e de especialização de cada coautor, pelo menos nas suas linhas mais gerais. Guiava-nos, no entanto, a preocupação central de levantar perguntas e indagações, mesmo sabendo que nem sempre teríamos condições de respondê-las plena e satisfatoriamente. Partimos, no fundamental, de três diretrizes: 1) o dilema país/nação; 2) o desafio diversidade geográfica/unidade política e linguística; 3) a polarização riqueza/miséria.

Com relação ao primeiro questionamento a direcionar nossas preocupações, apontava-se para a formação de um país com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, cuja ocupação teve início a partir dos meados do século XVI, promovida por um reino de pequeno porte – Portugal –, com baixo contingente demográfico e poucos recursos naturais. Não se tratava, é verdade, de uma conquista duramente disputada, como no México ou no Peru, nem tampouco de uma ocupação a ser

empreendida sobre espaços vazios. Foi preciso incorporar – em alguns casos, aniquilando – populações ameríndias preexistentes que se caracterizavam pela dispersão do povoamento, pela prática de uma agricultura itinerante de coivara, pela coleta e pela pesca, dominando técnicas rudimentares. Competia, ainda, prover as novas terras de mão de obra para o desbravamento das matas, a exploração dos rios, a defesa do litoral, o alargamento da fronteira e as atividades produtivas, introduzindo o regime de trabalho escravo e promovendo a importação, em larga escala, de negros da África.

Para Portugal e, sobretudo, para aqueles primeiros colonos, foi uma tarefa gigantesca. Assim, passados três séculos desde o primeiro contato com a terra por parte dos europeus, o país já pôde emergir, no século XIX, em sua maior parte, com os contornos atuais, embora marcados pelo povoamento disperso e caracterizado por ilhas de concentração populacional sobretudo ao longo da costa, em torno dos portos. Mas era indefinido como povo e como nação, o que traduzia o desenraizamento de suas populações transplantadas durante dois séculos e meio e incorporadas pela violência do trabalho escravo. Daí por diante, a construção do Estado nacional passou a ser tarefa de suas elites dirigentes, senhores de escravos (barões, fazendeiros e comerciantes) e a alta burocracia do Império. Foi o momento em que a ordem jurídica se constituiu após a proclamação da independência política, em 1822.

Mas de que ordem política falamos? Liberal? Democrática? São questões sobre as quais ainda se debatem historiadores e cientistas sociais voltados para o estudo da sociedade brasileira e de suas raízes autoritárias. Também tais questões preocuparam os contemporâneos que se indagaram sobre o problema da *liberdade consentida*, evidenciado quando da outorga da primeira Constituição do Império (1824) ou quando se discutiu o direito do voto ao analfabeto, como era brilhantemente defendido por José Bonifácio “O Moço” (1827-1886) na última década do regime monárquico e, ainda, nos momentos finais do Império quando setores dominantes da vida política, social e intelectual passaram a postular a extinção do regime de trabalho escravo.

Quanto ao desafio diversidade geográfica/unidade política e linguística, permanece atual a indagação: como surgiram as enormes desigualdades regionais e culturais? Ora, o Brasil tem sido retratado como um país de imigração que absorve e miscigena mas, também, que exclui e extermina. Os dados demográficos são, nesse sentido, bastante expressivos: calcula-se acima de quatro milhões o número de africanos importados, do século XVI a 1855, e estima-se a sangria da população portuguesa rumo ao Brasil, ao longo do século XVIII, em torno de meio milhão. A esses dados acrescenta-se a contribuição de contingentes ainda mais numerosos de colonos, a partir da segunda metade do século XIX, provenientes da Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Polônia, Império Otomano (Síria e Líbano), Japão etc.

Por outro lado, convém sempre indagar sobre o destino dos dois milhões de indígenas aos quais pertencia a terra quando, em 1500, desembarcaram os primeiros portugueses na América. A história da colonização relata o avanço da fronteira agrícola e demográfica, envolvendo o extermínio paulatino das populações tribais, hoje reduzidas a aproximadamente 200 mil índios, e compreendendo a expropriação de populações mestiças camponesas, ao longo do processo histórico de apropriação da terra, populações essas que iam se concentrando, em uma fronteira sempre móvel, na periferia dos centros escravistas exportadores.

Produto do encontro de estratos populacionais tão diversos, não poderia deixar de ser acentuada a heterogeneidade cultural desse país, assim como são grandes as diferenças regionais quanto ao relevo, à hidrografia, ao clima, à orografia, à composição demográfica. O espaço que ocupa estende-se entre os paralelos 5°16'19" de lat. N e 33°45'9" de lat. S e os meridianos 34°45'54" e 73°59'32" de long. W. Nele se encontra o berço de línguas indígenas diferenciadas e geograficamente espalhadas, como também aí aportaram da África grupos étnicos os mais variados e ricos culturalmente. Não foi, pois, sem a marca da violência institucional na prática da escravidão e da ocupação da fronteira agrícola, ao longo do tempo, que se difundiu, pouco a pouco, o uso do português. Outras dificuldades se evidenciaram mesmo em período mais recente, quando se processou a entrada maciça de europeus e asiáticos, na região sul do país, tornando-se problemática, nesses casos, a generalização da língua portuguesa corrente.

A tão apregoada unidade linguística, muitas vezes louvada como fruto prodigioso do lusitanismo, outras vezes – como é mesmo hoje postulado por alguns estudiosos brasileiros sem embasamento teórico convincente e sem sensibilidade histórica – como uma abdicação voluntária, por parte de comunidades indígenas, da sua própria identidade cultural, tem sido um dos mitos mais eficientes na montagem da ideologia do estado nacional e sua apregoada homogeneidade. Verdade é que, apesar das 120 línguas ameríndias que sobreviveram às relações interétnicas e são preservadas pelas comunidades indígenas em várias partes do Brasil, apesar, ainda, das diferenças dialetais que marcam grupos sociais diversos em muitas áreas do país, é inegável que a língua portuguesa, com características brasileiras, conseguiu estender sua hegemonia e manter-se, sobretudo nas zonas de fronteira, coercitivamente, pela presença do Estado e suas instituições. Tal unidade, porém, mais do que feito da colonização portuguesa, tornou-se evidente depois de proclamada a independência (1822), decorrência, pois, da própria montagem do Estado brasileiro. Até então, predominava o *nbeengatu*, uma língua geral tupi.

Nesse ponto, defrontamo-nos com a segunda polêmica, ou seja, as desigualdades regionais e culturais devem ser compreendidas como aspectos mais profundos de uma evolução histórica marcada pelo colonialismo moderno, pela escravidão, pela lenta e difícil passagem para o capitalismo selvagem, concentrador e predatório? Ou, ainda, até que ponto o mito da nação contribuiu para consolidar uma abstração – o Estado, o país – em benefício da ordem e de hierarquias sociais longamente assentadas? No entanto, e passamos para a terceira problemática, a polarização entre pobres e ricos, que aparece como uma constante no decorrer desses quatro séculos e meio de história, deve ser compreendida de forma diferenciada, segundo a região, o sistema socioeconômico e o marco histórico em que ela se encerra. Assim, a pobreza no Antigo Regime (o século XVIII), a do século XIX – a crise da transição para o trabalho livre –, a do século XX – o capitalismo emergente e a sociedade de classes que se estrutura – são diversas como diversos são os contextos históricos com suas determinações estruturais.

Estamos aí diante de mais uma indagação: a persistência e a mudança. Ou, ainda, como discernir entre tantas tendências de preservação de estruturas, a emergência, na curta e rica história do Brasil, do novo e do original, em uma sociedade complexa